

ANZPA-3

Todo o poder à Constituinte

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO

Em 1807, na época em que um imperador "progressista" atropelava os destinos da França e da Europa, Chateaubriand escreveu: "Quando, no silêncio da abjeção, só se ouve o ruído das correntes do escravo e da voz do delator, quando tudo treme diante do tirano e que é tão perigoso merecer seus favores quanto receber sua ira, aparece o historiador, portador da vingança dos povos". Há muito tempo em que essa concepção grandiloquente e ingénua da história caducou. Todos sabem, principalmente os recém-libertados da tirania, que as liberdades estarão asseguradas quando os cidadãos transformarem-se em cronistas de seu próprio passado, pois quem desconhece sua história está condenado a repeti-la. Essas reflexões vêm à tona quando se observa a celeuma causada pelo artigo recentemente publicado na revista "Veja" pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen.

Um dos problemas centrais da transição brasileira é a incompetência da direita em matéria de voto. Nas eleições de 1982 o xadrez político-eleitoral ainda estava relativamente equilibrado. O PDS conquistara doze postos de governadores, aparecera com caras novas no Nordeste e investira contra as zonas "modernas" do PMDB no Sul, ganhando o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, mantendo um bom número de eleitos no Paraná. No final das contas, o PDS era o maior partido do Congresso, tanto em número de eleitos como em número de votos. Parecia que o sistema bipartidário engendrara dois grandes partidos nacionais, o PMDB e o PDS. Dado auspicioso para a evolução política de nosso país. Depois, o caótico governo Figueiredo inviabilizou o PDS. Pensou-se que o PFL poderia ainda levantar a peteca, dando cacife eleitoral aos conservadores e amarrando a direita às regras do jogo político-parlamentar. Esquecia-se o aventureirismo dos políticos de extração bionica e a arrogância da grande burguesia. Marco Maciel e Olavo Setúbal liquidaram o PFL paulista ao apoiarem a candidatura Jânio Quadros em 1985. Ficou claro que o objetivo número um do partido era quebrar o PMDB, onde pudesse, em quem quisesse, de qualquer maneira. Depois disso não havia mais condições de impor qual-

quer reflexão estratégica ou disciplina partidária à dita agremiação. Foi o desastre que se viu em novembro passado. Ruim de voto, o PFL não tem estrutura para sustentar o ritmo da transição, para enfrentar os desafios eleitorais. Começa-se aí a negacear em torno dos ministérios, a cochichar com militares, a questionar a soberania da Constituinte.

Simonsen descobriu há algumas semanas que os partidos políticos são o instrumento orgânico de intervenção nas sociedades democráticas. Filiou-se então ao PFL. Na cerimônia de adesão, estiveram autoridades, parlamentares e câmaras de televisão. Quem viu a coisa de longe até gostou. Sentiu-se um pouco o alívio que bafeja os habitantes das cidadezinhas quando o chofer truculento da esquina resolve tirar carteira de motorista. Mesmo o Detran sendo o que é, a intenção de adequar-se às regras da coletividade é sempre motivo de regozijo. Quanto mais andróides da ditadura aderirem aos partidos políticos, mais seguros estaremos. Entretanto em sua catilinária publicada na "Veja", com direito a "poster" do autor, Simonsen não alude às orientações de seu próprio partido ou aos economistas importantes que dele fazem parte, como o constituinte Francisco Dornelles. Os economistas do PMDB têm um conjunto de opções integradas ao programa partidário, a prova é que Simonsen pode fazer trocadilhos bobos a respeito disso. Ao contrário, Simonsen ignora soberbamente a atuação de seu partido. Seu referencial é sua suposta competência, adquirida e exercida sob a onipotência do AI-5 e dos DOI-Codi. "A maior contribuição do PMDB e do atual governo à causa da construção democrática é a liberdade plena que se instala para o enunciado de bobagens", escreve o ex-ministro da ditadura. Na realidade seu discurso não é contra essa Constituinte, é contra qualquer Constituinte, porque esse expoente da direita dita civilizada acha que o país não pode ter Constituição, posto que os conservadores autoritários não têm a hegemonia ideológica ou eleitoral necessária para redigi-la como querem, para eliminar o que imaginam ser um "enunciado de bobagens". Ficam então reduzidos às teorias do direito natural que dão à classe dominante a

missão de intervir, contra ventos e marés, na política brasileira. Todos os democratas do PFL que militam na Constituinte e nas fileiras do partido deveriam sentir-se diretamente insultados pelas opiniões de seu recente companheiro. O jogo democrático não admite que os partidos desenvolvam simultaneamente táticas reformistas e estratégia golpista.

Utilizando ainda um truque de baixa retórica, Simonsen investe contra o maoísmo, como se este contasse com séquito de seguidores entre a esquerda brasileira. Nada mais falso. Havia, isso sim, no sangrento oba-oba em torno do "milagre", um slogan tipicamente autoritário — "Brasil, ame-o ou deixe-o" — e um clima de intolerância que nos levava mais para perto de Shanghai do que de Minas Gerais. Quando os mais influentes economistas democratas estavam no cárcere por delito de opinião, como Caio Prado Júnior, exilados, como Celso Furtado e José Serra, perseguidos, presos e torturados, como Maria Conceição Tavares, Chico Oliveira e Paul Singer, a "Revista Brasileira de Economia", que tinha Simonsen no seu Conselho de Redação, publica uma resenha, impregnada de bajulação maoísta, à obra do próprio Simonsen: "É impossível encontrar elogio para seu trabalho que tem sido sempre uma obra de virtuoso", escrevia Carlos Manuel Peláez, num impagável exemplar da RBE de 1972. "Rara vez no Brasil", continua Peláez a respeito de Simonsen, "a natureza foi tão pródiga para com um só indivíduo: primeiro aluno de sua classe, professor inspirado, lógico de pensamento altamente elegante, financista bem-sucedido e economista dos economistas". Rara vez no Brasil a sabujice intelectual foi tão longe em seus desvarios.

Em seguida esse exemplar raro dos prodígios da natureza, foi dirigir o Ministério da Fazenda. Como desempenhou durante seis anos seu papel de Supremo Racionalizador da economia da ditadura? Controlou "a máquina (estatal) centralizada, fari-saica, gastadora e irresponsável" que herdara de seu antecessor, o Kaiser Netto? Criou o seguro-desemprego que "faz parte do capitalismo moderno"? Freiou o "capitalismo selvagem... no tempo em que impe-

rou a política da subsídios para imóveis de classe média"? Nada disso. O que se viu foi a expansão da burocracia, o rolô orçamentário e a progressiva paralisia dos instrumentos de política econômica. A Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest) foi criada em 1980, após sua saída do governo. Sobre tudo, a Secretaria do Tesouro, que controla todas as despesas públicas, só organizou-se em 1986, sob a administração de Dilson Funaro. Se hoje Simonsen pode gritar contra o déficit público é porque hoje se sabe qual é o seu montante, antes era impossível fazê-lo, tal a confusão que reinava nas contabilidades do setor público. Indo além, o "economista dos economistas" não recua diante da desinformação, escrevendo que a moratória é a causa "da recessão com um arrocho salarial sem precedentes". Repetidas vezes salienta o anacronismo das teorias nacionalistas e estatizantes da esquerda, que teriam sentido nos anos 50, mas que são totalmente inaceitáveis nos dias de hoje. Muito mais anacrônicas, muito mais grave, foi a prática golpista da direita nos anos 60. Nos anos 30, quando a anarquia oligárquica entrava em crise, quando o Brasil era ainda uma sociedade rural, quando enfim o próprio título de ditador não possuía uma carga pejorativa, a opção autoritária, conjugada à emergência de uma administração federal, podia apresentar-se como uma opção histórica razoável. Mas nos anos 60, quando o Brasil tornara-se muito mais complexo, muito menos isolado internacionalmente, quando a direita dispunha de um candidato moderado, eleitoralmente imbatível, como Juscelino Kubitschek, a opção pelo golpe foi um criminoso desastre para o país.

Hoje, quando estamos todos encaixados na transição que não transita, quando aves agourentas recomeçam a grasnar, cabe lembrar, ainda e sempre, que nosso destino se resgatará, ou se perderá, na solução dos conflitos que se desenvolvem no âmbito da Constituinte. Todo o poder à Constituinte!

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO, 41, é historiador, pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).